

Relatório

Acesso e êxito acadêmico de coletivos vulneráveis em ambientes de risco na América Latina

Proyecto ACCEDES

(DCI-ALA/2011/232)

Prof. Dr. Fernando Fidalgo - UFMG

Prof. Dr^a. Inajara de Salles Viana Neves - UFMG

Belo Horizonte, Junho de 2012

SUMÁRIO

1. Introdução.....	2
2. Sistemas de acesso ao ensino superior (estudantes tradicionais e não tradicionais).....	9
2.1 A demanda do acesso ao ensino superior	10
2.2. Problemáticas associadas ao acesso ao ensino superior	12
2.3 Transição secundária para universidade.....	13
3. Abandono e Permanência.....	17
3.1. A média do abandono universitário.....	20
3.2. Dados nacionais abandono, de acordo com a área de conhecimento, região geográfica, grupos e classe econômica.....	21
3.3. Estratégias e experiências de retenção.....	23
4. Rendimento do Aluno Egresso	26
4.1. Dados nacionais de graduação.....	26
4.2. Dados nacionais de inserção no trabalho	26
5. Considerações finais.....	27
6. Referências bibliográficas.....	28

1. Introdução

A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, considerando o Art. 6º, são direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Nesse sentido, considerando contexto da época, e a busca pela redemocratização no país, a necessidade de um novo pacto fundamental e a urgência de normas estruturantes democráticas. Os sistemas de ensino passaram a coexistir em regime de colaboração, no âmbito de suas competências. Instituiu-se a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (art. 206, inciso IV, CR/88), em qualquer nível e etapa.

O ensino superior no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, promulgada em 1996, tem como objetivo principal formar profissionais em nível universitário, e desenvolver a pesquisa e os conhecimentos culturais, científicos e técnicos. No artigo 43 da referida lei, o ensino superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

As finalidades propostas encontram-se ainda em processo de consolidação, considerando que há no Brasil um número significativo de universidades públicas e privadas. Para se compreender as questões que envolvem o ensino superior no Brasil na atualidade, é necessário um breve recorte histórico explicitando o contexto do início do século XX e a criação das primeiras universidades no país.

No Brasil, a criação da universidade no Brasil aconteceu tardiamente; sabe-se que anteriormente à criação das universidades foram criadas escolas superiores, a partir de 1808, que em sua maioria eram instituições livres, não existindo por parte dos governantes qualquer sinalização referente ao ensino superior, Fávero relata:

Por se tratar de um país que possui na essência uma perspectiva de colônia, foi enorme o embate a resistência à criação de universidades no Brasil. Nesse contexto, surge, em 1909, a Universidade de Manaus em 1911 é instituída a de São Paulo, e em 1912 a do Paraná, como instituições livres (Cunha, 1980). Embora estas instituições tenham existido de fato, os autores, em geral, são levados a considerar a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, como a primeira universidade brasileira, por ter sido instituída por força de um decreto do governo federal. (FÁVERO, 2000, p.34. apud, CUNHA, 1980, p. 83).

Pelo exposto fica claro que os aspectos históricos do Brasil, por muito tempo colônia subordinada a Portugal, sem uma identidade cultural específica influenciaram na demora da implantação de um modelo universitário. Apenas depois do século XX existiu iniciativa do governo nesse sentido.

A Universidade do Rio de Janeiro foi criada pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, no governo do presidente da República Epitácio Pessoa. Alguns autores afirmam que a criação ocorreu como um dos elementos necessários para o recebimento do rei dos belgas no Brasil, para a comemoração do Primeiro Centenário da Independência do País. Uma das partes da comemoração era a homenagem que seria prestada ao Rei Alberto I, com o título de *Doctor Honoris* que somente poderia ser concedido por uma instituição universitária (ANTUNHA, 1974, p. 53). A criação da universidade processou-se sem debates e discussões e foi recebida sem interesse ou entusiasmo. Apesar de não ter sido instituída como uma demanda da sociedade da época, sua criação suscitou o debate sobre os problemas do ensino universitário no Brasil e da inserção da pesquisa. Para Gamboa, "No contexto de criação das primeiras universidades (década dos anos 20), encontramos um discurso polêmico, criticando as limitações do modelo universitário voltado somente para o ensino e reclamando a necessidade de implementação da pesquisa nas instituições de ensino superior e defendida como forma de afirmar o nacionalismo" (GAMBOA, 1999, p. 80).

Os aspectos não considerados na criação da primeira universidade do Brasil, como a preocupação com o caráter específico que deve possuir toda e qualquer Instituição Universitária, o estímulo à pesquisa, à cultura e ao processo de formação de profissionais qualificados resultou apenas no seu acolhimento por parte da elite, mas faltava-lhe o caráter acadêmico, caráter este da preocupação com o saber, com a construção do conhecimento no sentido pleno da palavra, de forma que a prática investigativa ultrapassasse a mera formalidade. A falta de caráter acadêmico refere-se à falta de clareza do objetivo específico do processo de criação da primeira Universidade Brasileira, não tendo sido resultado de discussões do meio intelectual e da sociedade da época, conforme afirma Nagle:

A instituição da Universidade do Rio de Janeiro não foi acompanhada de amplos debates e discussões, foi recebida sem muito entusiasmo, como costuma acontecer com a criação de instituições realmente não solicitadas pelo meio, ou quando tais instituições não têm reflexos na ordem social vigente. Pode-se dizer que foi um acontecimento quase despercebido, cujas influências se limitaram ao reduzido grupo de pessoas e instituições abrangidas pela nova organização. Aliás, a “Exposição de Motivos”¹ que acompanhou o decreto nº 14.343 revela a pobreza de argumentos com que se procurou justificar esse ato do Governo Federal. Com efeito, depois de um histórico a respeito da frequência com que se solicitava a criação de uma universidade no Brasil, desde o começo do século XIX, o documento contém as seguintes afirmações: Há, felizmente, hoje, nesta capital, todos os elementos necessários à constituição da sua universidade; dois estabelecimentos oficiais de ensino superior bem organizados, a Faculdade de Medicina e a escola Politécnica; a Faculdade de Direito, resultante da fusão das duas faculdades livres, equiparadas desde muito, e notáveis, ambas, pela competência reconhecida de seus corpos docentes. (NAGLE, 1974, p. 130)

Não obstante a aparente falta de objetivo na criação dessa universidade, é preciso ressaltar que ela foi instituída por meio de um decreto federal, o que representou um avanço em relação ao ensino superior no Brasil. Em 1935, a Universidade do Rio de Janeiro foi convertida em Universidade do Brasil, para posteriormente ser transformada na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Identifica-se, nesse contexto, um certo caráter profissionalizante da instituição universitária, uma vez que esta universidade foi resultado da junção das faculdades de Engenharia, Medicina e Direito, demonstrando uma ausência do princípio voltado para estudos generalistas e de integração de conhecimentos, além da formação profissionalizante. Considerando a junção das referidas faculdades, foi criado o Decreto 16.782-A/25, cujo artigo nº 259 prescreveu o seguinte:

É mantida, com a sua atual organização, no que não contraria as disposições desse regulamento, Universidade do Rio de Janeiro, cujo reitor, salvo o disposto no art.3º, será designado pelo Presidente da República entre os Diretores das

¹ “(...) todos os ramos do saber humano para o desenvolvimento e progresso das ciências”.

Faculdades que a constituem (...). E ainda mais (art.259,§1º): ser-lhe-ão incorporadas as faculdades de Farmácia e Odontologia, agora criadas, e outras instituições de ensino que por sua natureza possam fazer parte do sistema universitário”. (FAVERO, 2000, p. 34)

O referido artigo reafirma a organização vigente até então e incorpora novas faculdades, não havendo referência explícita ao aspecto da pesquisa. À primeira vista percebe-se uma preocupação voltada mais especificamente para o ensino: não há sinalização para incorporação de saberes a partir de uma realidade concreta, histórica, que procure algum diálogo com a estrutura econômica e política da época, o que de certo modo favoreceu a criação de instituições universitárias desvinculadas das demandas da sociedade.

No período de criação da primeira universidade brasileira (nos anos 20) havia pouco entusiasmo quanto ao modelo universitário e a sua finalidade. Sabe-se que, naquele momento, a universidade estava mais voltada para o ensino, e o seu foco estava na formação profissionalizante. Entretanto, alguns intelectuais começaram a questionar as limitações do modelo universitário vigente que se satisfazia apenas com o ensino, e argumentavam sobre a necessidade de implementação da pesquisa nas instituições de ensino superior. Destacaram - se, nessa perspectiva, os debates apresentados em Belo Horizonte (1928), na II Conferência de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), quando o setor universitário se pronunciou sobre a relação entre universidade e pesquisa: “(...) cada universidade deve se organizar, conforme suas condições peculiares e as da região onde se localiza; assim também os cursos que pretende oferecer e as pesquisas que pretende desenvolver” (CUNHA, 1980, p. 226.).

O documento resultante da conferência foi publicado pela Associação Brasileira de Educação, com o título “O Problema Universitário Brasileiro”, que refletia os problemas referentes aos anos da década de 1920, período em que as discussões relativas aos conhecimentos desenvolvidos nas universidades foram abordadas sob vários aspectos. O documento foi retomado por Francisco Campos mais tarde, e mais bem aprofundado pelos fundadores da Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal. Seguem-se algumas das principais ideias contidas no documento.

criação de Universidades localizadas nos diferentes pontos do país, que se preocupariam com a transmissão de conhecimentos, com a pesquisa e formação profissional, atendendo às necessidades do meio;

rejeição à ideia de um modelo único de universidade;

necessidades de formação de corpo docente tanto para o curso secundário, como para o curso superior;

necessidade de integração das Universidades que fossem criadas com os institutos de pesquisa existentes no país;

instituição do regime de tempo integral, como única forma de trabalho compatível com o trabalho universitário;

a autonomia universitária como uma exigência acadêmica e administrativa. (FÁVERO, 1977, p.32)

As ideias referendadas no documento parecem tratar de problemas existentes em muitas instituições universitárias, ainda no século XXI: as questões da formação dos docentes, da dedicação exclusiva, da autonomia, do conhecimento trabalhado a partir do ensino da pesquisa, e a perspectiva de uma formação que atendesse a realidade de cada região. Nota-se que muitos destes aspectos são ainda discutidos em conferências, mesas redondas, publicações, e que permanecem como questões presentes praticamente desde a criação das universidades brasileiras.

A Universidade no Brasil passou pelo século XX tentando se aproximar do ideal. Um modelo que contemplasse as ideias abordadas, mas não conseguiu avançar muito nesse sentido. Enquanto que, no início do século XIX na Europa, especialmente na Alemanha, já se discutia o princípio da pesquisa como função de unificação cultural do país, no Brasil somente no final dos anos vinte do século XX, após a criação da primeira Universidade Brasileira, iniciaram-se os questionamentos sobre a importância da pesquisa, e de outros aspectos como ensino, formação, autonomia; o que não deixa de representar um avanço, considerando-se que o modelo universitário foi iniciado tardiamente no país. Não se trata apenas de efetuar críticas ao modelo vigente, mas também de refletir sobre a realidade histórica do país, portanto, documentos legais, estatutos e decretos, representam uma tentativa de sistematização e conscientização da universidade como uma instituição que contribui para o desenvolvimento de qualquer nação.

O processo de institucionalização do ensino superior no Brasil aconteceu através de embates e tentativas nem sempre acertadas. Fazia-se necessária a ampliação das universidades e o País não possuía estrutura nem ideais relativos ao ensino superior. Tal realidade pode ser reafirmada pelo processo histórico do País que esteve mais a serviço de atender a demandas externas ou ideologias do capital do que produzir conhecimento. Para tal produção fazia-se necessário investimento nas universidades por parte do poder público. Se o processo de

criação da universidade no Brasil não tivesse sido iniciado mesmo que dessa forma, talvez hoje não existissem instituições universitárias respeitadas que primam pela pesquisa.

Diante do exposto percebe-se que no Brasil o fortalecimento das universidades não se deu como uma demanda da sociedade. As elites preocupavam-se com esse segmento do ensino no país. No decorrer do século XX, houve uma significativa expansão das universidades públicas e que nos dias de hoje são consideradas universidades com ensino de excelência, que atendem ao tripé que garante autonomias a essas instituições, o ensino, a pesquisa e a extensão. Entretanto, essa tem sido uma realidade das instituições públicas, pois nas instituições particulares, em sua grande maioria a pesquisa não tem sido privilegiada, o destaque fica geralmente centrado no ensino.

Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB 9.394/96 reafirmam a necessidade de o ensino e a pesquisa serem eixos articuladores das universidades. Porém, com frequência surgem decretos e medidas que buscam modificar o paradigma do ensino superior. A respeito, Gamboa explica: “O Decreto nº 2.306, de 1997, que complementa a legislação anterior, classifica as instituições de ensino superior em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores (art.8º), mantendo a obrigatoriedade da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão apenas para as primeiras”. (GAMBOA, 1999, p. 85)

O aspecto jurídico do decreto, referente à pesquisa ser obrigatória apenas para as universidades, legitima o descumprimento da Constituição Federal e da LDB 9.394/96, uma vez que favorece por meio de aspectos legais a divisão entre instituições de pesquisa e instituições de ensino. Outro aspecto que favorece o dualismo entre estas duas categorias de instituições é a expansão rápida do ensino superior, com o intuito de superar o déficit da baixa escolaridade superior no País. Deste modo, houve um aumento de vagas nas instituições de ensino sem pesquisa, e isto fere a legislação principal, consoante o princípio da indissociabilidade.

O Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997, garante a separação entre as universidades e centros universitários, pois estes possuem como modelo-padrão o ensino, o que, na visão de Saviani, pode ser compreendido como uma universidade de segunda classe que não necessita desenvolver pesquisa. Sinaliza-se uma contradição clara entre o que a lei exige e o que o mercado demanda a expansão do ensino superior que não garante qualidade de formação, nem mesmo há garantia de um número maior de profissionais inseridos em postos de trabalho.

As instituições de ensino superior podem ser classificadas em grupos, com as seguintes subdivisões: instituição pública, instituições privadas e confessionais. As instituições públicas são as instituições federais, estaduais ou municipais, conforme a instância de governo à qual estão vinculadas. E, as privadas, estão divididas em comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares, sendo que as três primeiras referem-se à IES (Instituição de Ensino Superior) mantidas sem fins lucrativos.

A atuação do Estado, no que diz respeito às responsabilidades com ensino superior por um grande período de tempo, esteve com a atribuição de financiar e coordenar as políticas públicas, não lhe cabendo executá-las. Portanto, delegou à "iniciativa privada a responsabilidade de diminuir as mazelas provocadas pelo mercado" (BRASIL, 1995a, p. 24). Foram desenvolvidas diversas políticas no Governo Fernando Henrique Cardoso 1995 a 2002, foi o período de menor investimento financeiro nas universidades públicas brasileiras, com grandes processos de privatizações no país e praticamente não houve incentivo à pesquisa, a carreira docente, e ampliação de vagas, foi o período de sucateamento do ensino superior público no país.

A partir do governo Lula 2003 a 2006 e 2006 a 2011, foram introduzidas várias políticas educacionais inclusivas, dentre elas uma de maior destaque, refere-se ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) é uma das ações integrantes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e foi instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades – em especial do setor público – para o desenvolvimento econômico e social.

A seguir são apresentados alguns indicadores relacionados ao ensino superior brasileiro, de acordo com o Censo elaborado pelo INEP em 2012 e divulgado em novembro de 2011.

TABELA 1 - Estatística Básica de Graduação (presencial e a distância) – por categoria administrativa Brasil 2010.

Categoria	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Administrativa					
Instituições	99	108	71	2099	1. 377
Cursos	5326	3286	633	20262	29.507
Matrículas de Graduação	958.656	601.112	103.530	4.753.001	6.379.299

Ingressos todas as formas	302.359	141.413	32.112	1.706.345	2.182.229
Concluintes	99.945	72.530	18.122	783.242	973.839

FONTE: INEP- adaptado/ Censo da Educação Superior /2010

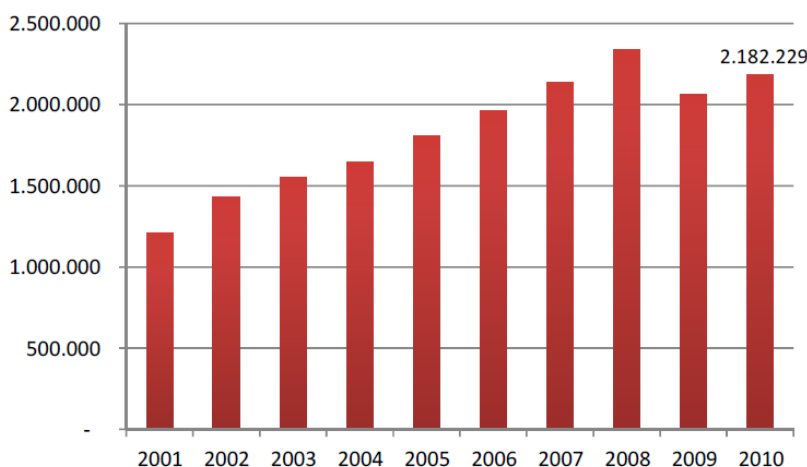
Diante do exposto, pode-se perceber que o número de universidades públicas no Brasil é bastante inferior ao número de universidades privadas. Um dado relevante a ser destacado é que os números apresentados, referem-se ao ensino superior em especial no que diz respeito a graduação, correspondente as modalidades presenciais e de educação a distância.

Inicialmente entende-se que o Brasil avançou muito no que concerne aos dados relativos ao número de matrículas e as possibilidades de acesso ao ensino superior. Mas considerando a extensão geográfica do país e a população brasileira, há ainda uma distância significativa a ser alcança, no que diz respeito ao acesso, e a efetivação do processo de formação.

2. Sistemas de acesso ao ensino superior (estudantes tradicionais e não tradicionais)

No que diz respeito as políticas de acesso ao ensino superior, nos últimos anos, ocorreu um aumento significativo do número de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

Gráfico 1 - Evolução do Número de Ingressos (todas as formas de ingresso) em Cursos de Graduação (presencial e a distância) – Brasil – 2001-2010



Fonte: MEC/Inep

TABELA 2 -

**Evolução do Número de Ingressos (presencial e a distância)
por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010**

Ano	Ingressos (todas as formas de ingresso)										
	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%
2001	1.043.308	251.239	24,1	125.701	12,0	99.214	9,5	26.324	2,5	792.069	75,9
2002	1.431.893	334.070	23,3	148.843	10,4	149.017	10,4	36.210	2,5	1.097.823	76,7
2003	1.554.664	325.405	20,9	153.393	9,9	128.323	8,3	43.689	2,8	1.229.259	79,1
2004	1.646.414	364.647	22,1	165.685	10,1	153.889	9,3	45.073	2,7	1.281.767	77,9
2005	1.805.102	362.217	20,1	148.206	8,2	166.660	9,2	47.351	2,6	1.442.885	79,9
2006	1.965.314	368.394	18,7	177.232	9,0	143.636	7,3	47.526	2,4	1.596.920	81,3
2007	2.138.241	416.178	19,5	193.919	9,1	176.047	8,2	46.212	2,2	1.722.063	80,5
2008	2.336.899	538.474	23,0	211.183	9,0	282.950	12,1	44.341	1,9	1.798.425	77,0
2009	2.065.082	422.320	20,5	253.642	12,3	133.425	6,5	35.253	1,7	1.642.762	79,5
2010	2.182.229	475.884	21,8	302.359	13,9	141.413	6,5	32.112	1,5	1.706.345	78,2

Período / Variação Percentual	Δ%										
2009/2010	5,7	12,7	19,2	6,0	(8,9)	3,9					
2001/2010	109,2	89,4	140,5	42,5	22,0	115,4					

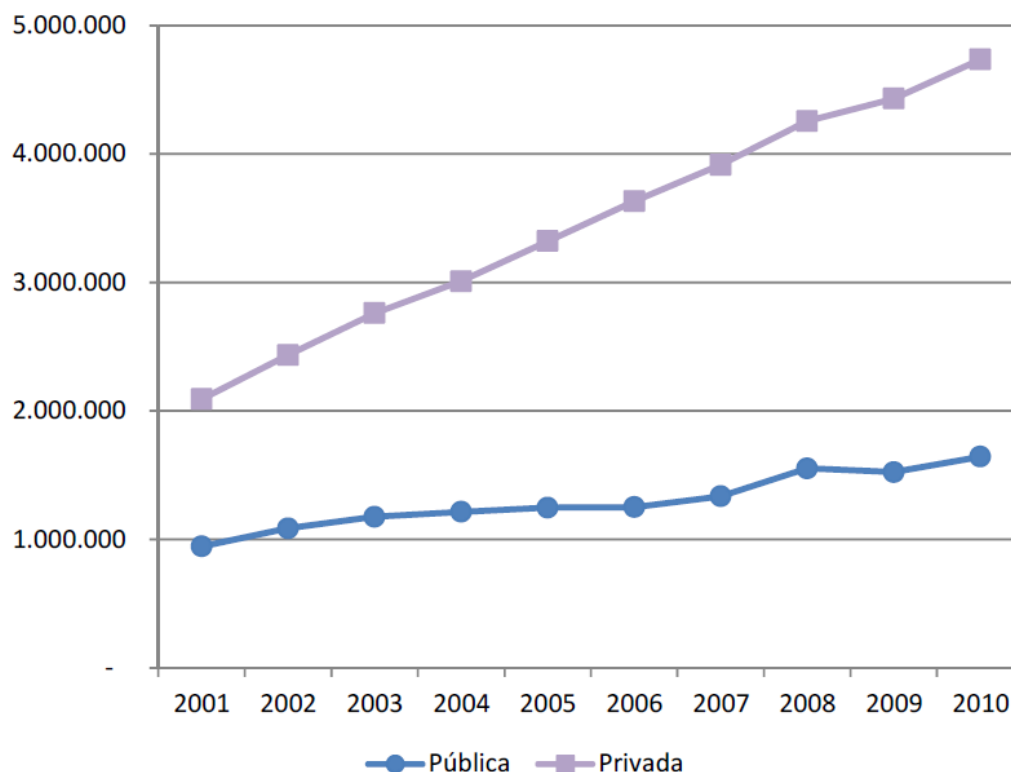
Fonte: MEC / Inep

De acordo com o exposto, percebe-se que houve uma evolução significativa no ingresso ao ensino superior na última na década de 2001 a 2010 no Brasil. Mais do que nunca, a questão do acesso, tem sido uma preocupação constante das políticas educacionais no país. No que diz respeito, os resultados devem ser analisados, considerando o aumento do número de cursos, oferta dos mesmos na modalidade a distância, oferta de cursos noturnos e o aumento significativo de IES privadas. Sabe-se que diante da evolução visível, quando se faz uma análise da extensão geográfica do Brasil e das diferentes condições sociais e econômicas o resultado apresentado não representa ainda o atendimento de todas as demandas de oferta do ensino superior no país.

2.1 A demanda do acesso ao ensino superior

Considerando o Censo da Educação Superior 2011, é importante destacar que as políticas recentes para expansão da oferta e a democratização do acesso e da permanência no ensino superior, reafirmam a tendência de ampliação do atendimento nesse nível de ensino ao longo da primeira década do século XXI.

GRÁFICO 2 - Evolução do Número de Matrículas (presencial e a distância) por Categoria Administrativa (público e privado) – Brasil – 2001-2010



Fonte: MEC/Inep

Percebe-se que a evolução histórica do número de matrículas é sem dúvida influenciada pelo aumento do número de IES privadas. Diante disso, é necessário reafirmar que a expansão da oferta, não garantiu qualidade no processo de formação. Considerando o que está proposto nas políticas públicas educacionais e em sintonia com o plano nacional de educação 2001 a 2010, foi estabelecido como um dos objetivos centrais a expansão da oferta da educação superior, com intuito de diminuir as desigualdades por região no que diz respeito ao ensino superior, e a diversificação de um sistema superior de ensino para atender os diferentes públicos com demandas específicas de formação.

O número de matrículas, nos cursos de graduação, aumentou em 7,1% de 2009 a 2010 e 110,1% de 2001 a 2010. Vários fatores podem ser atribuídos a essa expansão: do lado da demanda: o crescimento econômico alcançado pelo Brasil nos últimos anos vem desenvolvendo uma busca do mercado por mão de obra mais especializada; já do lado da oferta: o somatório das políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência na educação superior, dentre elas: o aumento do número de financiamento (bolsas e subsídios) aos alunos, como os programas Fies e ProUni e o aumento da oferta de vagas na rede federal, via abertura de novos campi e novas IES, bem como a interiorização de universidades já existentes.

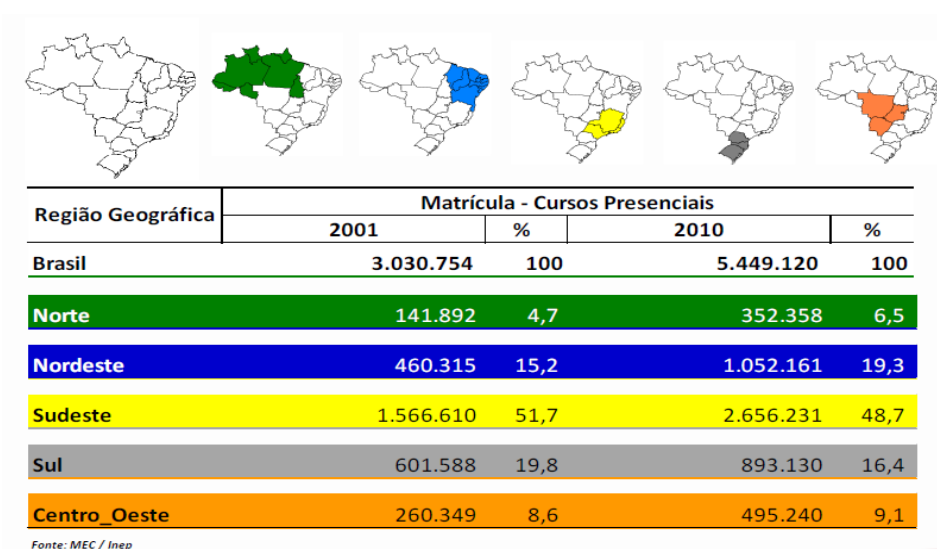
Além dos fatores acima citados, outras iniciativas, sob a ótica da oferta, corroboram para a expansão ora discutida. A oferta de vagas na educação superior brasileira, historicamente, esteve localizada em cursos de bacharelado e na modalidade de ensino presencial. Diante da necessidade de rápida resposta para a formação de profissionais, e com a evolução das novas tecnologias, novos formatos de cursos têm sido adotados. A saber, os cursos na modalidade de ensino a distância e os cursos de menor duração voltados à formação profissionalizante de nível superior, chamados tecnológicos. Ao observar a trajetória do número de matrículas na educação superior nos últimos anos, fica evidente o crescimento desses cursos. (CENSO Ensino Superior, 2011, p. 4).

A partir do exposto, é possível inferir que as políticas educacionais voltadas para o ensino superior no Brasil, apresentam em sua essência a intencionalidade inclusiva e de busca pelo atendimento ao que está exposto no artigo 43 da LDB 9394/1996. Entretanto mesmo, com políticas inclusivas voltadas para o atendimento, acesso e permanência, ainda há muito a ser realizado, em especial no que diz respeito ao acesso e permanência.

2.2. Problemáticas associadas ao acesso ao ensino superior

Quando se faz uma análise mais detalhada do sistema de ingresso nas IES do país, pode-se inferir que, mesmo reconhecendo a necessidade urgente das diferentes realidades dos jovens e cidadãos brasileiros, as propostas apresentadas nem sempre contemplam a questão do acesso e da permanência. Posteriormente discutir-se-á a questão da permanência. Mas no debate em questão, no que diz respeito ao acesso, uma questão pontual no Brasil, relaciona-se ao aspecto geográfico. A oferta nas diferentes regiões brasileiras não contemplam as demandas específicas de cada região, e isso impacta, no desenvolvimento social, econômico e cultural.

IMAGEM 1 - Distribuição e Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Região Geográfica – Brasil – 2001 e 2010



Diante dos dados apresentados na figura, é notório que houve uma pequena evolução no número de matrículas realizado nas regiões norte e nordeste. Inclusive essas são consideradas regiões mais carentes no que diz respeito aos aspectos ao número de IES, e quanto aos índices de escolarização de modo geral. Nesse sentido as questões econômicas e indicadores de pobreza revelam a necessidade de políticas específicas para essas regiões. As regiões sul e sudeste, em 2001 apresentavam números de matrículas superiores aos dados apresentados em 2010, tal realidade representa que a oferta e o acesso estão praticamente contemplados nessas duas regiões consideradas altamente produtivas economicamente. A região centro-oeste apresentou uma evolução pequena, mas significativa para região, considerando que na última década, essa região apresenta uma representativa força produtiva no que diz respeito a agropecuária e agricultura. Além disso, foi criado o estado de Tocantins que impulsionou um grande número de pessoas com possibilidades de emprego, além da criação de algumas IES públicas na região.

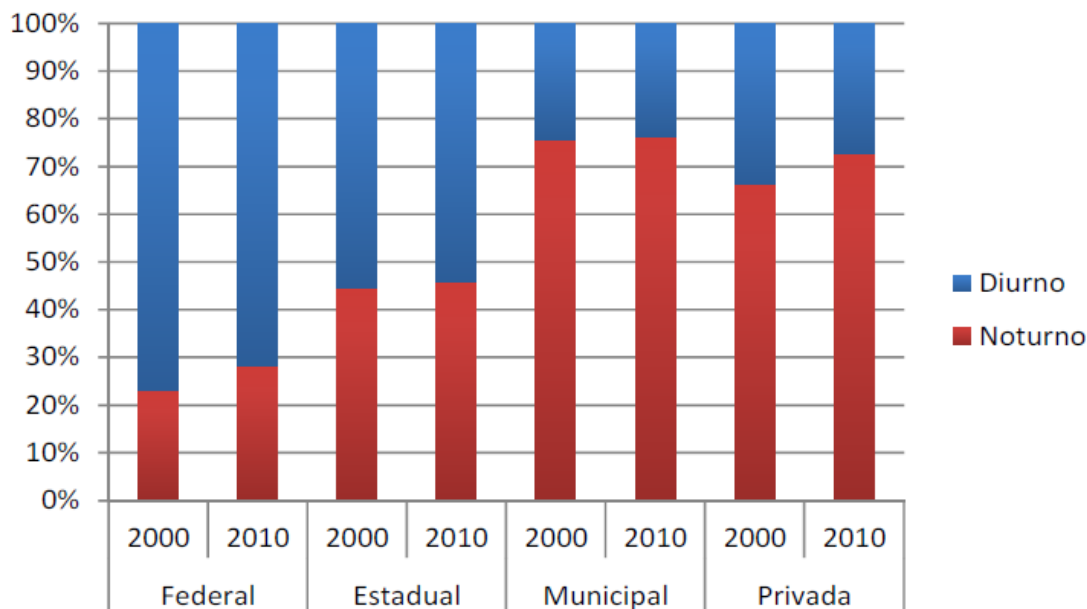
Pode-se afirmar que as desigualdades regionais do país, se apresentam nas diferentes instâncias. E o acesso ao ensino superior, é um fator que necessita ser melhor discutido, em especial no que diz respeito ao acesso.

2.3 Transição secundária para universidade

Conforme dito anteriormente a oferta do ensino superior não contempla as diferentes realidades do país. Nesse sentido, tanto as IES públicas como privadas, se adequaram na última década a novas formas de ingresso ao ensino superior. Sabe-se que a população que tem anseios a esse nível educacional, não se restringe somente ao aluno que está regularmente matriculado no ensino médio. Há pessoas uma grande parte da população que trabalha e que terminou o ensino médio há muito tempo e que em princípio, não tem oportunidades iguais de concorrência no ingresso a um curso superior das renomadas universidades públicas. Nesse sentido, há predominância dos filhos das camadas sociais abastadas nos cursos diurnos das universidades públicas e de alguns poucos trabalhadores nos cursos noturnos. E diferente a essa realidade, um grande número de alunos trabalhadores nas IES privadas, em especial nos cursos noturnos.

GRÁFICO 3.

Evolução da Participação de Matrículas dos Cursos Presenciais por Turno e Categoria Administrativa – Brasil – 2000-2010



Fonte: MEC / Inep

Interessante destacar que, no caso das instituições privada as matrículas presenciais noturnas, apresentam uma evolução significativa, atingindo em 2010 72,8 % de atendimento, ou seja, o correspondente a 2.902.241 segundo dados do censo 2010.

O ingresso na para as instituições públicas, estão hoje com propostas menos excludentes do ponto de vista histórico dos vestibulares tradicionais. No contexto apresentado destaca-se a proposta do Ministério da Educação com a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, com intuito de oportunizar de forma mais igualitária o acesso ao ensino superior público, que tem historicamente atendido a uma elite na história da educação do ensino superior brasileiro. A proposta atual tem como principal objetivo democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Nesse sentido, as universidades públicas possuem autonomia e poderão optar entre quatro possibilidades de utilização do novo exame como processo seletivo, conforme a seguir:

- Como fase única, com o sistema de seleção unificada, informatizado e on-line;
- Como primeira fase;

- Combinado com o vestibular da instituição;
- Como fase única para vagas remanescentes do vestibular.

No que diz respeito ao processo seletivo para as IES privadas, as diferentes formas de acesso, ocorre de diferentes modos, considerando que os alunos, que procuram essas instituições, em sua grande maioria são trabalhadores. Diante disso, os diferentes modos de ingresso nas IES privadas são de modo geral os seguintes:

Nota no ENEM - (Exame Nacional do Ensino Médio)

- O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que avalia o desempenho dos estudantes no Ensino Médio, se tornou uma das formas mais utilizadas nos processos seletivos para ingresso no Ensino Superior, tanto públicas como privadas. Portanto as universidades e ou faculdades, reservam parte de suas vagas aos candidatos que optam por essa forma de acesso. Podem optar por essa modalidade de ingresso os candidatos que apresentarem, no ato da inscrição do processo seletivo, a sua nota no ENEM.

Programa de Aproveitamento de Estudos - PAE

- Essa modalidade de acesso oferece aos alunos do 3º ano do Ensino Médio e último período do Curso Técnico, a oportunidade de ingressar na Faculdade por meio do Aproveitamento de Estudos. Essa nova modalidade de acesso possibilita que o candidato (escola pública ou privada) tenha a possibilidade de ingressar em qualquer curso superior, por meio do aproveitamento de seus estudos, tornando-se desnecessária a realização da prova de vestibular.
- O Aproveitamento de Estudos, além de promover maior integração entre os centros de formação e as escolas de Ensino Médio e Técnico, estimula a qualidade de ensino, já que as notas obtidas pelos alunos durante o ano letivo servirão de base no processo de ingresso no Ensino Superior. Uma das principais vantagens dessa metodologia é valorizar o conhecimento adquirido pelo estudante, tão logo tenha sido assimilado. Após o aluno realizar sua inscrição, a secretaria da escola encaminha para a instituição conveniada a média global do aluno no 3º ano do ensino Médio ou no último período do Curso Técnico. As inscrições recebidas serão classificadas de acordo com a média global do aluno informada pela escola de origem. Será considerado aprovado o aluno

que obtiver a média global igual ou superior a 60% e sua classificação estiver dentro do número de vagas oferecidas para o curso escolhido.

- O preenchimento das vagas de cada curso, destinadas ao Aproveitamento de Estudos, obedecerá à ordem de classificação de todos os candidatos aprovados, de acordo com a sua opção de curso indicada no ato da inscrição. Preenchidas as vagas oferecidas nos cursos, mediante quantas convocações se fizerem necessárias.

Vestibular Convencional

- Realizado em cada semestre (normalmente nos meses de junho e novembro), o Vestibular é a forma mais tradicional de acesso ao Ensino Superior. Esse processo seletivo consiste em uma prova na qual os vestibulandos que obtém maior pontuação ficam com a vaga. A prova consiste em questionário de múltipla escolha acerca de disciplinas cursadas no Ensino Médio (Português, Matemática, História, Geografia, Química, Biologia, Física e Língua Estrangeira – Inglês ou Espanhol), além de uma Redação sobre atualidades. Assim como em todas as outras formas de acesso, o candidato deve ter concluído o Ensino Médio.

Vestibular Agendado

- Com atendimento personalizado, o Vestibular Agendado oportuniza ao candidato marcar o melhor dia e horário para fazer a prova. Realizado em cada semestre (normalmente nos meses de julho e janeiro), essa modalidade destina-se ao preenchimento das vagas remanescentes da primeira etapa do Vestibular que contempla: o Aproveitamento de Estudos, ENEM e Vestibular Tradicional. Esse processo seletivo consiste na realização de uma prova no mesmo modelo do Vestibular Tradicional.

Análise de Histórico Escolar

- Para aqueles candidatos que já concluíram o Ensino Médio (inclusive Curso Técnico), a IES oferece o ingresso por meio da Análise do Histórico Escolar. Nesta modalidade de ingresso o candidato não precisa fazer prova de vestibular. Esse tipo de ingresso analisa o desempenho do aluno no Ensino Médio. Portanto, o candidato deve apresentar, no ato de sua inscrição, o seu histórico escolar do Ensino Médio.

Transferência

- A IES realiza levantamento do limite das vagas existentes em cada curso, mediante processo seletivo, e nesse contexto, pode aceitar transferência de alunos provenientes de cursos afins ou idênticos aos que ministra, mantidos por estabelecimentos de ensino superior autorizados ou reconhecidos, feitas as necessárias adaptações, de acordo com as normas vigentes e o disposto no Regimento da IES. A transferência poderá ser aceita para qualquer período, inclusive o 1º, se houver vaga e se o candidato estiver matriculado em curso superior. O interessado, em data constante do calendário escolar, poderá requerer a transferência na Secretaria Acadêmica, apresentando a documentação necessária, constante de formulário próprio. Mediante exame do histórico escolar e dos conteúdos programáticos, o aluno transferido poderá ser dispensado do cumprimento de disciplinas já cursadas com aproveitamento, bem como daquelas consideradas de igual valor formativo. A matrícula serão necessários os seguintes documentos:

- Histórico escolar (original) contendo nota e carga horária;
- Declaração que não possui pendência financeira na IES de origem, informando ainda se é ou não beneficiário pelo FIES/PROUNI;
- Declaração (original) de matrícula e frequência;
- Declaração de Autorização / Reconhecimento de Curso;
- Currículo pleno do curso;
- Programa (original) das disciplinas cursadas e aprovadas e das que estiverem em curso
- Telefone de contato e nome do responsável pela secretaria da IES de origem;
- Endereço completo da Instituição de origem (incluindo CEP);
- Xérox de comprovante de endereço do candidato.

3. Abandono e Permanência

A evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. De acordo com LOBO e SILVA, 2007, as perdas de estudantes que iniciam, mas não concluem seus cursos, acabam acarretando em desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, pode-se inferir que a perda é ainda maior, pois são recursos públicos investidos sem o devido retorno. Ainda de acordo com os mesmos

autores, tanto no setor público como no privado, a evasão está relacionada a uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Segundo SANTANA et al (1996), a evasão escolar é um dos maiores e mais preocupantes desafios do Sistema Educacional, pois é fator de desequilíbrio, desarmonia e desajustes dos objetivos educacionais pretendidos. O autor acusa a escola, responsável pelo processo de educação formal, de não motivar os alunos nem atrair professores com melhores qualificações, oferecendo assim, uma aprendizagem deficitária.

A evasão no ensino superior pode ocorrer por vários motivos: trabalho, doença grave ou morte, transferência de domicílio, etc. Muitos alunos têm que dividir seu tempo entre a faculdade e o trabalho, e são vencidos pelo cansaço, optando pelo dinheiro necessário à sobrevivência. Outros são afetados com o problema da moradia, tendo que arcar com o alto preço dos aluguéis ou das passagens, sem falar no tempo despendido por aqueles que moram longe da escola. Isso leva à evasão universitária e ao baixo rendimento dos alunos. Outra causa da evasão está no fato do aluno não saber escolher a profissão que quer seguir. Muitas vezes é transmitida ao jovem uma visão negativa do mercado de trabalho e da profissão; ele acaba absorvendo essas informações e nem busca conhecer pessoas que se deram bem na área de seu interesse, e, assim, fica confuso e acaba evadindo do curso.

Uma boa escolha profissional leva em conta pelo menos três elementos: quem é o jovem, o que é o mercado de trabalho e o que é a vida universitária. As grandes causas da evasão universitária, [...] têm relação com a desinformação do aluno sobre si mesmo, sobre as dificuldades do mercado e sobre as matérias da faculdade [...]. (AUGUSTIN, 2005. p. 2)

Outro fator a ser considerado, e que pode contribuir para a evasão, é o processo educacional. O aluno está acostumado a um processo bem diferente do adotado na universidade. O aprendizado adquirido anteriormente consiste em memorização, o que não contribui para a formação de um espírito investigador. Na universidade, o aluno tem que pesquisar para criar seus próprios textos em vez de copiá-los. Assim, o aluno sofre um impacto na forma como as disciplinas são ministradas, podendo perder o interesse pelo curso. Além do mais, muitos professores não possuem formação didático-pedagógica para ministrar aulas, sendo extremamente tecnicistas, não estimulando a participação e a busca de conhecimentos.

Sabe-se que essa não é uma questão simples no que diz respeito ao ensino superior, e tal fator pode ser ilustrado com base no número de alunos matriculados na primeira década do século XXI e o número de concluintes do mesmo período.

GRÁFICO 4

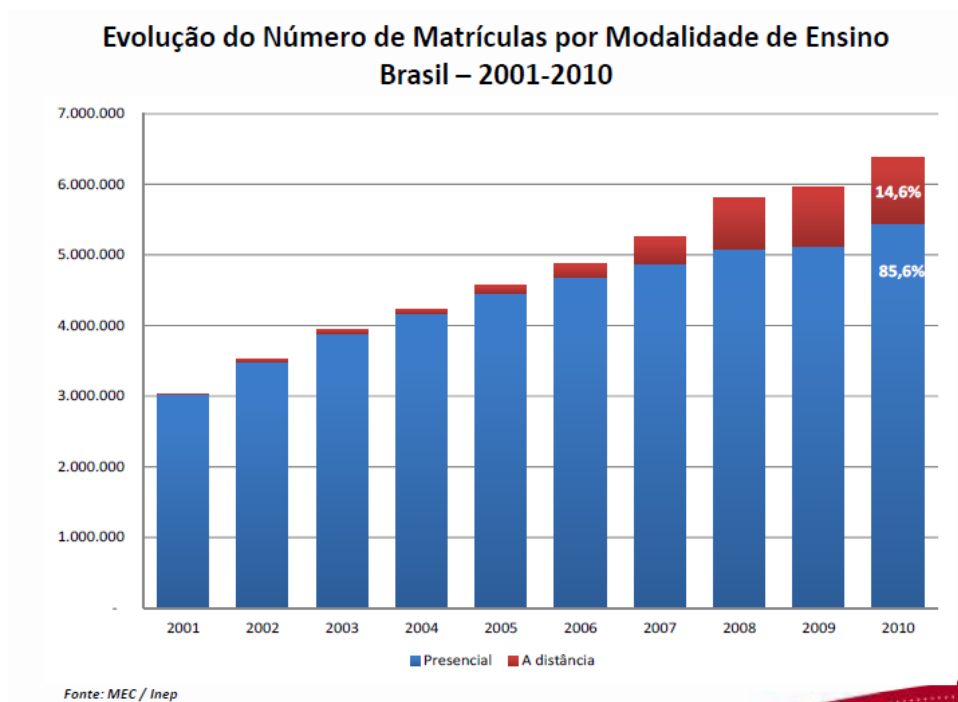
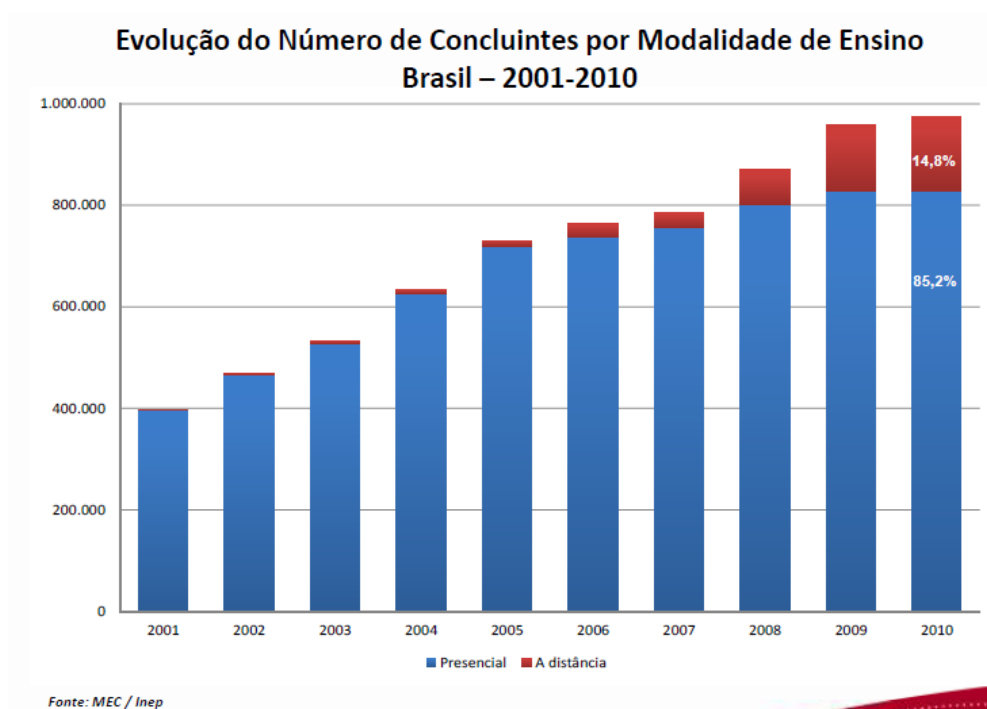


GRÁFICO 5



Percebe-se que no período de 2001 a 2010, que não há uma relação direta correspondente ao número de alunos que ingressantes e concluintes. Há uma lacuna significativa referente ao número de alunos que ingressam e o número de alunos que finalizam o processo de formação. Compreender alguns dos elementos centrais relativos a essa realidade é o que interessa. Mas antes de tudo, há uma inquietação central, quem é o aluno que ingressa nas universidades públicas e privadas e quais os motivos que os levam a não dar continuidade aos seus estudos? Porque existe uma distância significativa entre o número de alunos ingressantes e concluintes? Essas questões merecem uma investigação detalhada, entretanto, os dados oficiais disponibilizados pelo INEP/MEC estão implicitamente relacionados as temáticas evasão e permanência.

3.1. A média do abandono universitário

Nos últimos dados oficiais disponibilizados, não foi possível identificar indicadores referentes a média de evasão dos alunos no ensino superior brasileiro. De acordo com FILHO, MOTUJENAS, HIPÒLITO e LOBO (2007), no artigo Evasão no Ensino Superior Brasileiro, são apresentados alguns dados, em diferentes categorias, referente ao período de 2000 a 2005. Nesse sentido, os referidos autores, afirmam que a taxa de evasão no primeiro ano de curso é geralmente do dobro ou até o triplo de vezes maior do que a dos outros anos. É um dado que está intimamente relacionado com a evasão anual e índice de titulação.

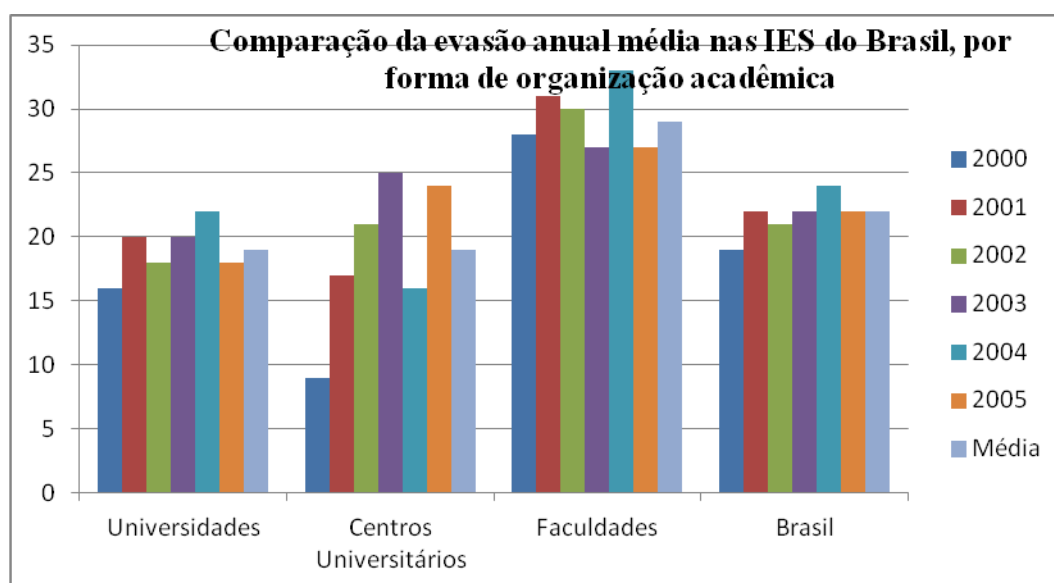
Outro aspecto, refere-se as questões financeiras, esse é um dos argumentos utilizados pelas instituições, tanto públicas como financeiras, na realidade é um dos argumentos mais utilizados pelo aluno desistente.

No que diz respeito ao ponto de vista de FILHO, MOTUJENAS, HIPÒLITO e LOBO (2007), a justificativa financeira é uma resposta simplificada da questão, pois as questões de ordem acadêmica, expectativas do aluno em relação ao curso e o processo de formação, muitas das vezes são fatores determinantes que interferem diretamente na decisão entre o investimento de tempo e financeiro para conclusão do curso.

3.2. Dados nacionais abandono, de acordo com a área de conhecimento, região geográfica, grupos e classe econômica.

A seguir serão apresentados dados correspondentes a evasão anual por categoria administrativa e forma de organização, referente ao período de 2000 a 2005, de acordo com FILHO, MOTUJENAS, HIPÓLITO e LOBO (2007).

GRÁFICO 6

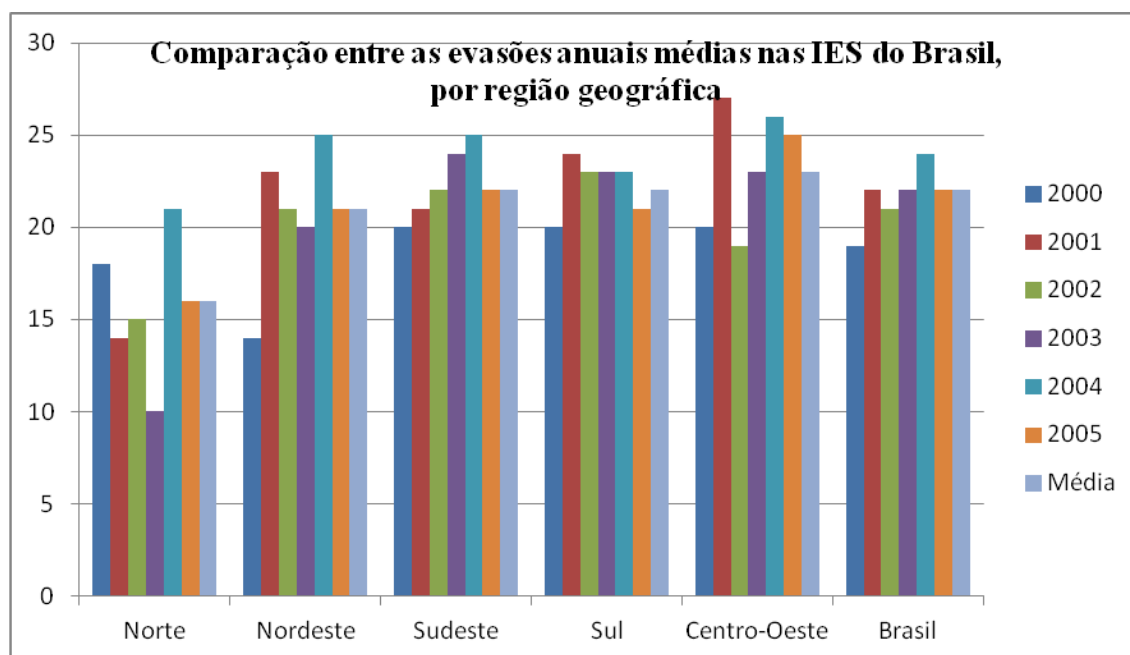


FONTE: Silva Filho RLL. Motejunas PR, Hipólito O, Lobo MBCM. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de Pesquisa 2007.

Diante dos resultados, pode-se afirmar que as universidades, no período em questão, apresentam uma taxa de evasão aproximada a 19%, abaixo da média nacional de 22% na época. Os centros universitários apresentam desempenhos que oscilam, mas que estão abaixo da média brasileira. As faculdades ao contrário, apresentam um taxa de evasão.

No que diz respeito a zona geográfica, são apresentados os seguintes dados:

GRÁFICO 7

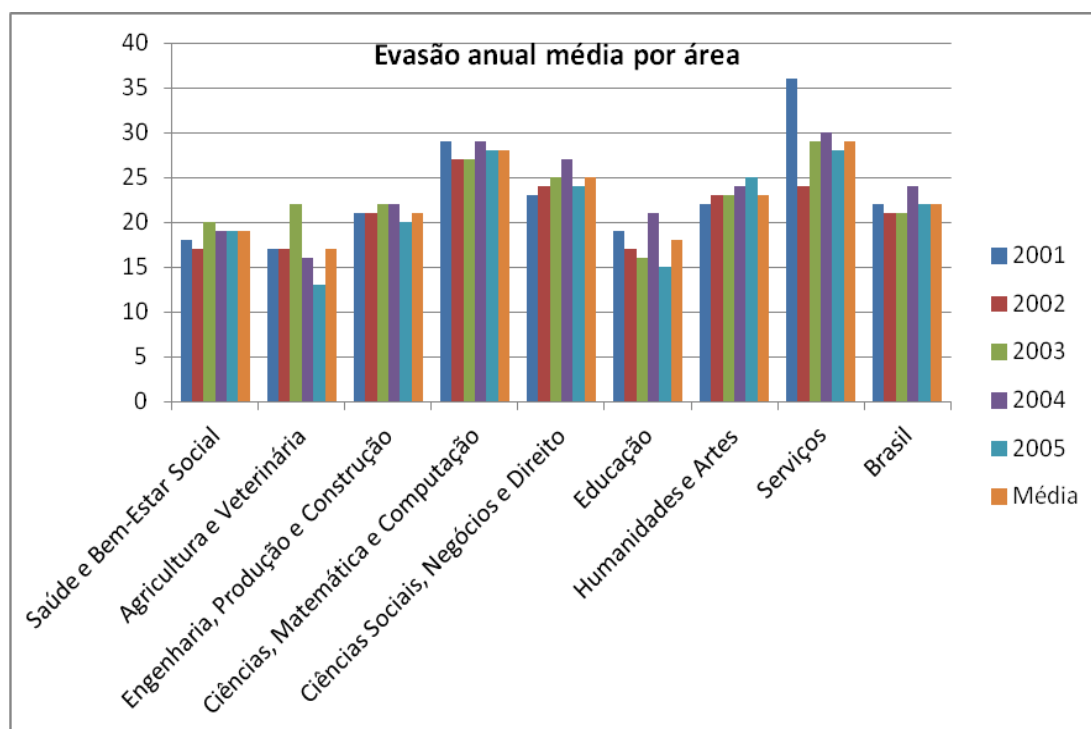


FONTE: Silva Filho RLL. Motejunas PR, Hipólito O, Lobo MBCM. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de Pesquisa 2007.

De acordo com os dados, pode inferir que na região norte 60% dos alunos matriculados em 2005 eram de IES de natureza pública. A região norte como um todo apresenta uma evasão média anual menor que a do país como um todo no mesmo período. A região nordeste, apresenta uma taxa de evasão oscilante ao longo de todo período analisado. O Sudeste tem cerca da metade dos alunos de cursos superiores do Brasil, apesar da taxa de evasão ter crescido no período de 2003 e 2004, em São Paulo manteve-se abaixo da média da região sudeste e do Brasil. As regiões sul e centro oeste mostram oscilações leves, mas tiveram em quase todo o período taxas pouco maiores que as nacionais.

No que diz respeito a evasão anual média por área, são apresentados os seguintes dados:

GRÁFICO 8



FONTE: Silva Filho RLL. Motejunas PR, Hipólito O, Lobo MBCM. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de Pesquisa 2007.

Pode-se perceber que a área de saúde e Bem Estar Social tem taxa média de evasão anual que varia em torno de 19%, o que significa a terceira menor taxa entre as oito áreas de conhecimento. A Engenharia de Produção e Construção como Humanidades e Artes apresentam índices muito próximos das médias nacionais entre 2001 e 2005. A evasão média de Engenharia, Produção e Construção, ficam ligeiramente acima de 23% do índice de todo país. As áreas de Ciências, Matemática e Computação apresentam uma taxa em torno de 28%, consideravelmente, acima, portanto, da média nacional, abaixo apenas da evasão anual média registrada nos cursos de Serviços.

3.3. Estratégias e experiências de retenção

Muitos alunos evadem do curso por motivo de transferência para outra universidade, devido à mudança de domicílio. Segundo SPINOSA (2003), além da evasão, as vagas ociosas surgem quando o aluno faz opção por outro curso (transferência interna), se transfere para outra instituição, é jubilado (perde direito à vaga) ou quando morre. De uma maneira geral, há uma preocupação no sentido de diminuir ou, até mesmo, extinguir a evasão. Segundo SPINOSA (2003), existem políticas voltadas para a permanência dos estudantes nas universidades, como

o fortalecimento de medidas que privilegiam o apoio financeiro e psicológico aos alunos carentes ou a modernização de métodos e de currículos.

3.3.1. Acolhida aos estudantes

Não foram localizados dados referentes a este item, nos dados oficiais do país ou literatura referente ao assunto.

3.3.2. Orientação e tutoria universitária

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica. Há atualmente uma média de 345.335 tutores acadêmicos, atuando nas IES públicas do Brasil.

3.3.3 Atividades acadêmicas de destaque

Não foram localizados dados referentes a este item, nos dados oficiais do país ou literatura referente ao assunto.

3.3.4. Programas de formação dos professores

O Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) visa ampliar a qualidade das ações voltadas à formação de professores, com prioridade para a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciaturas das instituições federais e estaduais de educação superior. Criado em 2006, o Prodocência financia projetos voltados para a formação e o exercício profissional dos futuros docentes, além de implementar ações definidas nas diretrizes curriculares da formação de professores para a educação básica.

3.3.5. Programas de Compensação Econômica

FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação.

PROUNI

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

3.3.6 Programas sociais

FINEP

Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.

PROEXT

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social.

PIBID

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

PNAES

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os

estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

REUNI

A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação.

PROGRAMA INCLUIR

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

4. Rendimento do Aluno Egresso

4.1. Dados nacionais de graduação

De acordo com as informações nacionais identificados nos dados oficiais do INEP/MEC, pode-se afirmar que os alunos levam em média de 1 ano e meio a 6 anos para concluir o processo de formação. Outro dado interessante, diz respeito ao número médio anual de graduandos no país, que se aproxima a 973.839.

4.2. Dados nacionais de inserção no trabalho

Não há uma política voltada especificamente para inserção do aluno recém formado no ensino superior brasileiro. De acordo com MELO, BORGES (2006), O governo poderia adotar políticas dirigidas a vários grupos de jovens, respeitando as especificidades e as necessidades daí decorrentes, e não simplesmente implementar alguns programas que apenas beneficiam uma parcela da juventude (dentro do limite de uma faixa etária) sem levar em conta as características atuais, tal como o seu prolongamento. Dentro desse enfoque das especificidades da juventude, poderia se questionar: Por que o Brasil não adota o programa Primeiro Emprego para os jovens recém-egressos das universidades? Por que não exigir que as

empresas invistam no desenvolvimento do seu quadro funcional atual através de convênios com as universidades, dentro de uma política de responsabilidade social? Por que a Universidade não conscientiza e incentiva os jovens a utilizar os seus espaços (centros acadêmicos, por exemplo) para favorecer a sua organização social? Enfim, sabendo que o assunto não se esgota aqui, deixa-se este momento para a reflexão sobre o jovem universitário e a sua transição para o mercado de trabalho.

5. Considerações finais

De acordo com esse trabalho, fica explícito que o Brasil, necessita ainda se apropriar melhor de políticas voltadas ao acesso e permanência dos jovens e toda população que almeja uma formação superior. O Brasil, é um país de grande extensão geográfica com inúmeras questões relacionadas a desigualdade sociais, de oportunidades, de condições de acesso no que diz respeito a aspecto geográfico, pois há regiões com números pequenos de IES, ou com carência na oferta das diferentes áreas de conhecimento.

Entende-se que é necessário ainda, investigações e pesquisas relacionadas a acolhida ao estudante, ou seja, a receptividade ao aluno que ingressa no ensino superior, em especial nas IES públicas, sabe-se que há iniciativas isoladas das IES privadas, mas sem dados oficiais para serem divulgados. Não há divulgação de atividades acadêmicas de destaque, dados oficiais formais divulgados em relação ao aluno egresso. Tais afirmativas refletem ainda a fragilidade do ensino superior, quando se remete ao aspecto da permanência. Pois é possível afirmar que o acesso nas grandes cidades e regiões centrais do país, estão contemplados. Mas e a oferta nas regiões distantes dos grandes centros? E as oportunidades de ingresso em diferentes cursos? E o deslocamento para se ter acesso? Mesmo com a expansão da EaD, há ainda muitos lugares no país, onde a oferta precisa ser contemplada considerando a realidade de cada lugar.

No que diz respeito a evasão, os dados apresentados, não contemplam a década de 2000 a 2010, apenas o período de 2000 a 2005, esse é outro fator relevante, pois se há dados oficiais dos diferentes elementos relacionados ao ensino superior, fornecidos pelo INEP/MEC, porque motivo não estão disponíveis dados oficiais sobre a evasão nas diferentes categorias organizacionais, áreas geográficas e de conhecimento? Essas são questões que merecem destaque, e apresenta-se aqui a emergente necessidade de estudos mais aprofundados sobre tais assuntos.

6. Referências bibliográficas

ANTUNHA, H. C. G. **A Universidade de São Paulo: fundação e reforma**. São Paulo: CRPE, 1974. (Estudos e Documentos, v. 10).

AUGUSTIN, Cristina. **Dinâmica das Vagas**. UERJ. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~niesc/datauerj/estudos/Dinamica_texto.htm>. Acesso em 09 de maio de 2005.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação (2002). **Propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Curso de Graduação em Pedagogia**. Proposta encaminhada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia (CEEP) e Comissão de Especialistas de Formação de Professores. Brasília, abril de 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Constituição **da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: MARE, 1995a.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: maio/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopses do ensino superior. Censos do ensino superior**. Comunicações pessoais. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: maio. 2012.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade e Poder**. Brasília: Plano, 2000.

GAMBOA, S. S. Conferência no 5º Congresso Nacional de Educação, Universidade do Contestado, Caçador (SC), 7/set/ 1998. In: **Pesquisa em Educação – História, Filosofia e Temas Transversais**. Campinas: Autores Associados, 1998.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FENAME, 1974.

SANTANA, Arlene Pereira; PEROSSO, Jeny da Esperança Canela; MACEDO, Kátia Lilianny Oliveira; FARIAS, Simone Paixão Durães de. **Evasão escolar em escolas públicas municipais rurais localizadas em Montes Claros**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros: 1996.

Silva Filho RLL. Motejunas PR, Hipólito O, Lobo MBCM. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa 2007.